

ARTIGO

E O PATRIMÔNIO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA?

WHAT ABOUT HERITAGE IN THE HISTORY TEXTBOOKS?

ALMIR FÉLIX BATISTA DE OLIVEIRA*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a necessidade de existência do conceito e da discussão sobre o patrimônio cultural no livro didático de História. São elencadas algumas razões para que essa presença e discussão sejam efetivadas em termos de material didático, principalmente pelo papel que esse objeto, constituinte do universo escolar e da sala de aula, ainda tem em nossa sociedade. O papel eminentemente educativo, de definidor de identidade e o caráter delineador da relação passado-presente-futuro são algumas dessas razões discutidas no texto, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Livro Didático de História; Programa Nacional do Livro Didático.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the need for the concept and discussion of cultural heritage in the History textbook. Some reasons are listed for this presence and discussion to be effective in terms of didactic material, especially for the role that this object, constituent of the school universe and the classroom, still has in our society. The eminently educational role of defining identity and the delineating character of the past-present-future relationship are some of the reasons discussed in the text, among others.

KEYWORDS: Cultural heritage; Didactic Book of History; National Textbook Program.

A respeito de algumas considerações iniciais

Uma das primeiras considerações a ser feita como forma de introduzir o texto que segue é a do mesmo ser parte constituinte da Tese de Doutorado intitulada *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)*, de minha autoria e defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, caracterizando-se como diferencial principalmente pelo fato do lugar de onde emite esta fala não ser usualmente utilizado para isso. Explico-me, as questões relacionadas ao Ensino de História sempre ficaram restritas as pós-graduações em Educação e dessa forma esse trabalho caracteriza-se pela inovação, pelo desprendimento e pela coragem de um programa em História aceitar o desafio de abrigar tais discussões e promover o debate no local correto.

Para maiores esclarecimentos sobre o trabalho de doutoramento (e nesse sentido buscando confirmar as afirmações feitas anteriormente), o mesmo constituiu-se de três capítulos descritos a seguir: um primeiro capítulo, onde se discutiu a política de patrimônio desenvolvida no Brasil desde a década de 1930 com a fundação do IPHAN, procurando compreender seus sentidos e os motivos que levaram a ampliação do debate sobre o tema no final da década de 1990 e o início da década de 2000. Elencou-se e discutiu-se também, outras instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural no Brasil, a exemplo dos institutos estaduais de preservação e o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, assim como a consolidação de um campo de pesquisa na área de patrimônio em nosso país nas últimas duas décadas.

Um segundo capítulo, com a discussão foi direcionada para o livro didático. Questões como: O que vem a se constituir como um livro didático de história? Como se constituiu a atual política brasileira para o livro didático de história? Os editais do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD configuraram/conformaram o livro didático de história nas duas últimas décadas? Qual o tratamento concedido ao objeto patrimônio nos Editais do PNLD? Questões norteadoras que foram analisadas e respondidas. Por fim, um terceiro e último capítulo em que se analisou a produção acadêmica sobre a relação entre livro didático e patrimônio cultural, e a partir da análise das fontes, foi possível apreender as formas como o mesmo se apresenta em quatro coleções (64 livros) que foram aprovadas nas avaliações do PNLD dos anos de 2004, 2007, 2010 e 2013. Conclusivamente se identificou sentidos e usos efetuados pelos livros didáticos de história sobre a categoria patrimônio, inclusive, compreendendo quais valores pode-se atribuir às iniciativas dos livros didáticos de história no momento de uso dessa temática.

Uma segunda constatação é a importância que esse material didático ainda tem no universo escolar. Para muitos educadores é considerado um dos mais importantes objetos de leitura na sala de aula e em muitos casos se constitui como o único objeto de leitura que milhões de crianças brasileiras têm acesso, inclusive em seu universo familiar. Nesse aspecto, o processo de universalização, através da entrega gratuita dos livros didáticos pelo PNLD transformou esse programa em fonte privilegiada de análise na realização da pesquisa e conseqüentemente da tese de doutorado.

Em se tratando de livros didáticos de História para o chamado Ensino Fundamental I é interessante pensar a necessidade de aproximação dessas crianças (com idade entre 07 e 11 anos) com o patrimônio cultural (tangível e intangível) que faz parte da sua comunidade e da sua sociedade e esse é um ótimo momento, afinal, só preserva e valoriza quem se identifica. Nesse sentido, o professor que educa e aproxima, pode ter como auxiliar não somente o texto didático exposto no livro, mas as imagens e as atividades com a temática, como forma de garantir a maior apreensão do estudado, assegurando em relação às expectativas futuras, a possibilidades de preservação do nosso patrimônio e a efetivação da máxima de Mário de Andrade que dizia: "Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização".

Por último, essa apresentação do patrimônio cultural as crianças, inclusive como forma de valorização do patrimônio de todos e para todos se faz importante e necessário sempre. O patrimônio como algo diverso, como representativo da singularidade de cada comunidade e, portanto, de necessária preservação, pode produzir uma sociedade mais tolerante com outras expressões culturais, mais responsável com e reconhecadora do outro enquanto indivíduo ou grupo social, do diferente, em que cada manifestação cultural possa ser respeitada e acolhida (desde que não fira os direitos individuais ou os direitos humanos obviamente) como forma de identidade e portanto, justifique a presença necessária dessa temática no referido material didático.

Por qual motivo se deve ter patrimônio no livro didático de História

Um primeiro questionamento diz respeito à importância ou não da discussão sobre o patrimônio, se deve estar presente no livro didático de História, significando isso sua conceituação de forma correta e ampla, proposição de atividades que estimulem sua compreensão, uso de imagens para seu reconhecimento, formas de uso para facilitar a relação ensino-aprendizagem não somente da disciplina História como das outras disciplinas presentes no currículo escolar. Categoricamente e baseando-se em uma experiência de trabalho com essa temática, acumulada nos últimos 15 anos, a única resposta possível e plausível é sim. No objetivo de convencer os educadores sobre a importância dessa temática, argumentam-se os motivos pelos quais essa discussão deve estar presente no livro didático de História.

Para tanto, deve-se iniciar argumentando e demonstrando o caráter eminentemente educativo que o patrimônio tem ou que sua utilização pode possibilitar. Esse caráter educativo tem sua inteligibilidade e a sua materialização no caráter de documento histórico (assim como uma série de outros artefatos, tais como a fotografia, o jornal, a música, o filme, entre muitos outros que em documentos podem se constituir) que o patrimônio pode assumir quando usado para demonstrar as relações de permanências e de mudanças ou de semelhanças e diferenças entre sociedades localizadas em tempos diversos/diferentes, bem como em múltiplos espaços, quanto à forma de pensar, de agir, de produção de um saber, de uma forma de se construir, de uma forma de habitar, de uma forma de se alimentar, de se vestir etc.

Observe-se um patrimônio material, arquitetônico para ser mais específico – um casarão –, preservado na atualidade e que foi construído no final do século XIX, por exemplo. Tem-se aí demarcada uma forma de construir, tem-se também o dimensionamento espacial (tamanho, quantidade e disposição dos cômodos, entre outros detalhes), evidencia-se uma suntuosidade na construção, acompanhada, por vezes, de um rebuscamento de formas, muito diferente das formas de construir encontradas atualmente e essas características já poderiam suscitar uma série de questionamentos feitos pelos professores e pelos alunos na realização do ato de ensinar-aprender. Questões como: Quem foi responsável por esta construção? Todas as construções eram assim? Por que somente essa construção está preservada? Quem morava nessa construção? Quem pagou para se fazer essa construção? Quanto custou? Qual atividade econômica desempenhada pelo proprietário possibilitou a construção? Todos desempenhavam a mesma atividade? Todos tinham condições de ter uma construção assim? É a construção de alguém abastado/rico? Como era a moradia das pessoas menos abastadas? Quem trabalhava nessa construção? Uma série de questionamentos que podem ir desvelando uma série de informações importantes relacionadas à economia, à cultura, a aspectos sociais de grupos passados e comparados com os grupos atuais.

Pode-se observar também um patrimônio imaterial, preservação oficial mais recente, como o Ofício das Baianas de Acarajé, e em sua apresentação e inserção na relação de ensino-aprendizagem podemos abordá-lo não somente como uma prática alimentícia, que iniciada ainda no período colonial – trazida da África – pelas chamadas escravas de

ganho, mantém-se até os dias atuais. Lembrando que não ficou restrita ao espaço geográfico baiano, desenvolveu-se por quase todo território nacional, e que constitui-se também como prática religiosa – afinal, o acarajé, originalmente, é uma oferenda aos deuses de matriz africana – e econômica de sobrevivência – afinal as negras libertas após o processo de fim da escravidão necessitavam trabalhar para garantir seu sustento e de familiares –, ou seja, é uma prática cultural. Incorporada como produção de subjetividades no cotidiano não somente das mães e filhas de santo, mas também daqueles que se utilizam da prática como forma de vida, surgem questionamentos: Como se produz o acarajé? Por que o acarajé é uma oferenda aos deuses? Hoje se vende acarajé em vários lugares, mas como era antigamente? Por que as pessoas que vendem acarajé geralmente se vestem de branco? O que é ser mãe ou filha de santo? O que é uma religiosidade de matriz africana? Por que eram as escravas quem vendiam acarajé? O que era ser escravo? Qual a diferença entre a minha religião e a religião de matriz africana?

Uma série de questionamentos que podem, inclusive, nos capacitar e nos tornar uma sociedade mais tolerante, nos fazer mais capazes de aceitar e compreender as diferenças, bem como de ver, de rever e de poder fazer história, histórias plurais, múltiplas, com perspectivas diferentes da chamada história oficial.

Bem, essa concepção questionadora que o trabalho com o patrimônio pode suscitar, como tem sido afirmado nesta pesquisa, nos faz relacionar essa forma de agir com o que o filósofo alemão Walter Benjamin afirmava em suas *Teses “sobre o Conceito de História”*⁴, mais precisamente na Tese VII, da necessidade de escovar a História a

contrapelo. Para esse autor, o historiador materialista deveria ser capaz de escrever, a História a partir da perspectiva dos vencidos, combinando o materialismo histórico apoiado na ajuda da teologia judaica. Deveria ser capaz de contrapor a história dos vencedores ou desvelar dessas as múltiplas histórias não contadas, não contempladas, não visíveis na versão oficial, afinal:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança, tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. [...] O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que esta perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.²

Como podemos pensar isso em termos de utilização do patrimônio? Temos ainda hoje uma concepção que credita ao patrimônio a característica de ser algo pertencente aos vencedores, àqueles que em meio às disputas de classe constituíram-se como os únicos aptos a escrever a história. Que esse patrimônio se constituiria em testemunhos que se mantêm do passado no presente, que permanecem, que representam parcelas/partes e não toda a sociedade,

todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje (a marcharem) por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais (LÖWY. 2005, p. 70),

são herdados, são transmitidos, mas também são escolhas feitas por essas parcelas, a partir da sua noção e concepção de cultura, na maioria das vezes impostas, ou, quando negociadas, o são em situações entre os sujeitos da negociação, sujeitos que na maioria das vezes se encontram em posições bastante diferenciadas e desiguais. Situação, inclusive, que leva a uma não identificação de muitos com aquilo que foi preservado.

O papel que caberia ao professor no momento em que se utiliza do patrimônio como documento do passado presente, que permanece no futuro, é semelhante ao papel do historiador materialista, que é o de ressignificar no presente, através do ato de rememoração, não no sentido nostálgico de retorno a um passado perdido ou restauração no presente daquilo que passou ou se perdeu, mas através da sua inversão valorativa poder encontrar as histórias que não foram escritas/contadas, mas poderiam ter sido, assim garantindo a segurança dos mortos. Constitui-se também no papel de não se transformar em agente, servindo como instrumento para classe dominante, perpetuando valores e informações ou se identificando e caminhando juntamente ao cortejo triunfante, mas subvertendo a ordem, estar sempre pronto para fazer a pergunta: Quem realmente construiu esse patrimônio? Afinal,

Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro.³

Nesse sentido é sempre bom lembrar que em muitos aspectos esses bens culturais preservados dizem respeito sim aos documentos da cultura aos quais em contrapartida corresponderiam aos documentos de

barbárie. É preciso buscar nesse patrimônio uma contra-história dos excluídos. Buscar as histórias que não foram contadas por terem sido caladas. Barbárie não somente pelos patrimônios/monumentos esquecidos ou destruídos ao longo da história, mas barbárie também pelos silêncios presentes nesses documentos de cultura. Para além dessa relação é necessário que se veja tanto o patrimônio material/tangível quanto o patrimônio imaterial/intangível, como memória dos grupos que se reconhecem nesse patrimônio. A constituição desses e de novos patrimônios deve a ser vista como experiências coletivas de modos de construir/de fazeres/de saberes de grupos não homogêneos, singulares, diversos, múltiplos, plurais e diferentes, garantindo-se a inscrição e inserção de novos patrimônios, produzindo-se novas valorações e proporcionando novos usos.

Outro argumento que pode ser disponibilizado na lista dos motivos pelos quais a temática do patrimônio deve estar presente nos livros didáticos de História é a da possibilidade de encantamento/embreagamento que o patrimônio pode causar às crianças e aos adolescentes no ato de aprender. Uma visita a um patrimônio arquitetônico preservado que tenha sido construído no século XIX, uma visita a um museu histórico, com suas exposições guiadas e objetos dispersos aos olhares diversos e curiosos, o assistir a uma apresentação de um grupo de reisado ou de maracatu, com suas danças e encenações cultivadas e cultuadas há décadas ou até mesmo há séculos é como poder adentrar em uma máquina do tempo e se transportar ao passado e reconhecer práticas de saber e fazer realizadas nos tempos das nossas avós e avôs ou até mesmo antes deles, na tentativa de conhecer outras histórias,

outras formas de sociabilidade, outras formas de saber e fazer, de se vestir, de se alimentar, inclusive comparando com o que temos hoje, entendendo as semelhanças, diferenças, mudanças e manutenções nas formas de viver e se expressar. No caso específico das crianças com idade entre 7 e 10 anos, que estejam cursando os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o aprendizado via patrimônio cultural, e especificamente o chamado patrimônio cultural material, pode ser o ponto de partida para despertar o interesse pelo novo, por aquilo que aguça a curiosidade, por aquilo que pode ser descoberto.

Decorrente do argumento anterior tem-se também a defesa da presença da temática pela possibilidade do patrimônio vir a tornar-se um facilitador da aprendizagem da História. Assim como o caráter eminentemente educativo que a temática do patrimônio assume, também se transforma em um facilitador por podermos considerar este como algo que permanece do passado, que pode demonstrar como as pessoas viviam, como trabalhavam, como se alimentavam, como se vestiam, como se divertiam, o que assistiam, o que liam, como construía, como moravam, que transporte usavam, ou seja, tem-se exemplos reais de como era a vida e dessa maneira quais as comparações que podem ser feitas para melhor entendimento das atuais sociedades e de sociedades passadas. Isso implica também conhecer como essas sociedades resolviam os problemas que surgiam no dia a dia de cada uma, possibilitando assim que sejamos capazes de resolver problemas de mesma espécie quando surgirem para as sociedades do presente.

Ainda é possível argumentar que essa discussão esteja presente no livro didático, não somente no de História, mas também no de Geografia,

no de Língua Portuguesa, bem como em outros que fazem parte do currículo pela possibilidade de trabalhar interdisciplinarmente com o tema. A temática do patrimônio facilita o trabalho interdisciplinar pela amplitude que este tem. É possível não só compreender o que se manteve ou o que mudou em relação aos aspectos históricos, como também compreender as mudanças nas paisagens vivenciadas e praticadas⁴ pelos seres humanos, bem como as formas de medir, de contar, na matemática, consubstanciando-se tudo isso em textos em língua materna, buscando-se constituir narrativas explicativas e que colaborem para o aprendizado significativo de futuras gerações, com a formação de sujeitos críticos que exerçam suas cidadanias de forma plena.

Por fim elencamos um último argumento para defender a presença da discussão da temática do patrimônio no livro didático de História. Argumento que consiste na possibilidade que o patrimônio tem de proporcionar identidade aos grupos sociais. Apesar da já discutida multiplicidade de identidades as quais os sujeitos estariam atrelados, oriundas dos processos de fragmentação do ser social em decorrência da globalização e da chamada pós-modernidade, o homem no século XXI ainda tem carências de orientação⁵ baseadas em compartilhamentos de experiências para continuar se locomovendo e sobrevivendo no mundo atual. Experiências vividas, passadas ou presentes, trazidas ou compartilhadas por intermédio dos objetos, das práticas, dos fazeres, dos saberes, portanto dos patrimônios, garantindo pertencimento, garantindo o sentido de fazer parte enquanto membro de uma coletividade, de uma comunidade, de um grupo social, de poder dividir memórias comuns, inclusive garantindo a continuidade e a preservação, despertando o olhar

e o sentido de políticas preservacionistas, oficiais ou não, desses mesmos patrimônios.

Elencados essa série de argumentos que defendem a presença da temática do patrimônio cultural no livro didático de História, se faz necessário passar a discutir alguns exemplos ou propostas de projeto, atividades, constantes de livros didáticos ou não.

O patrimônio cultural passou a ser algo explorado por alguns educadores seja na educação formal ou não formal. Evidentemente que essa não é uma prática tão nova, tendo seus percursores na realização dos chamados estudos de meio, atividades em que eram empreendidas visitas a determinados locais como museus, centro históricos, sítios arqueológicos, entre outros, com a finalidade de se conhecer sobre sociedades passadas que viveram em outros tempos, bem como, também, no ensino da História Local, sendo esse o primeiro contato com o entorno e realidade dos educandos. Alguns educadores, mesmo sem reconhecerem isso em sua prática ou sem denominar essas atividades dessa maneira, estavam realizando o que atualmente conhecemos como Educação Patrimonial, Alfabetização Patrimonial ou Educação para o Patrimônio.

Por outro lado, intensificaram-se também em instituições de educação não formal, como museus, centros culturais, memoriais, os serviços educativos com a utilização de exposições com vistas a aproximar os públicos visitantes aos seus respectivos acervos de tais instituições, bem como a partir dessas atividades tornar possível a produção de massa crítica e capacidade inquisidora para que os grupos sociais pudessem questionar e resolver os problemas ocorridos em sociedade.

Essas três práticas podem ser entendidas como similares, pois contêm basicamente as mesmas características e fundamentam-se na possibilidade de educação, do treinamento, de preparação dos sentidos (da visão, da audição, do olfato, do tato e inclusive do paladar) para a observação do patrimônio e para o seu desvelamento. Consiste através da ação prática, porém planejada, iniciada por uma reflexão teórica sobre a temática, no reconhecimento do patrimônio, tanto na sua vertente material/tangível quanto na sua vertente imaterial/intangível.

Tomemos como central o conceito de Educação Patrimonial que o IPHAN, em seu *Guia básico de educação patrimonial*, publicado em 1999, definiu como sendo

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.⁶

Essa definição é fruto de uma série de trabalhos e atividades com o intuito de desenvolver as sensibilidades dos visitantes. São realizados dentro das unidades pertencentes ao Instituto e em observância, também, de tantas outras experiências⁷ consumadas relacionadas à temática patrimonial.

Prática educativa não formal que pode ser aplicada com os diversos integrantes dos grupos sociais, sem fazer distinção em relação a questões étnica, as diferenças de sexo, a religião, as diferenças de classe social, as diferenças de idade etc., devendo-se, porém, ter o cuidado em

decidir quais habilidades, conceitos e conhecimentos devem ser explorados e adquiridos pelos alunos e a forma como este trabalho deve se inserir ou dialogar com currículo escolar e no trabalho com as diversas disciplinas. Consiste em um processo de aprendizagem que vem facilitando o reconhecimento por várias camadas da sociedade das relações que devem ser mantidas com o patrimônio, seja ele protegido ou não.

Outra vantagem é que essa prática pode ser aplicada em qualquer evidência material do passado (ou mesmo do presente) ou manifestação da cultura, seja um como objeto unitário ou um na condição de conjunto de bens, um monumento preservado ou um sítio histórico ou arqueológico, um parque, uma paisagem natural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um modo de fazer etc.

A educação dos sentidos constitui-se em outra grande questão que nos é colocada como possível quando realizamos práticas de educação patrimonial. As ações combinadas de observação, apropriação, registro e exploração dos bens patrimoniais nos leva obrigatoriamente à utilização do olhar, do ouvir, do sentir, do cheirar, e essas são faculdades que quando treinadas e aprimoradas podem nos ajudar em relação à avaliação crítica sobre aspectos do patrimônio.

Por fim, tem-se outro aspecto de extrema importância em relação à prática da Educação Patrimonial, que consiste na possibilidade dela poder vir a desenvolver um sentimento de pertencimento e de identidade nos membros das comunidades, principalmente as locais onde sejam realizadas essas atividades, condições alimentadas a partir das discussões em relação ao patrimônio (material ou imaterial), em relação à memória

(individual ou coletiva) e em relação ao próprio ensino de história. Sentimentos que poderão fazer vê-los com outros olhos as antigas construções, as produções e as manifestações culturais singulares, retirando-lhes qualquer véu mistificador. Produções culturais que surgem das atividades cotidianas desses grupos e que não ficam nada a dever a supostas produções culturais mais “elaboradas”, ajudando a preservar a memória social e o direito a ela. Esse aspecto pode ser um dos garantidores da construção de uma cidadania plena, que não se restrinja simplesmente à posse de documentos ou ao ato singular de participar de eleições. Mas que façam com que esses grupos possam, com as próprias mãos, guiar seus destinos enquanto cidadãos comprometidos com o seu passado.

Se esse foi o movimento inicial realizado pelos praticantes da Educação Patrimonial, implementando-a nas instituições educacionais não formais, o que tem se verificado atualmente é uma assimilação e utilização maior dessas práticas, sendo utilizadas em sala de aula e como ponte para desenvolver as sensibilidades dos alunos por meio da educação formal, dentro das escolas. Além disso, essas práticas tornaram-se objetos de estudo em cursos de formação de professores para que estes possam utilizar esse método em momentos futuros de sua carreira profissional.

Para se exemplificar alguns desses novos usos do método da Educação Patrimonial em sala de aula e como elemento facilitador da relação ensino-aprendizagem, tem-se aqui algumas dessas experiências: 1 – *Educação Patrimonial através das Oficinas de Arte*, desenvolvido por Maria Cristina Pastore – Bolsista PIBID da Universidade Federal de Rio Grande em um subprojeto de Artes Visuais; 2 – *Educação Patrimonial e memória: projeto de integração regional da Quarta Colônia*, desenvolvido por Elaine

Binotto Fagan que é Licenciada em Filosofia e História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/RS, vem desenvolvendo pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, pela mesma Universidade e é professora da Escola Estadual de Educação Básica João XXIII de São João do Polêsine – RS; 3 – *Conhecer para pertencer: o patrimônio cultural como caminho para uma maior percepção da História para 2º série do Primeiro Ciclo*, desenvolvido como projeto de pesquisa pelos alunos do 4º. Ano do Curso de História da FHDSS/UNESP/Franca, Cleber Sberni JR. e Flávio Henrique Simão Saraiva, com orientação da Professora Doutora Vânia de Fátima Martino do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da FHDSS/UNESP/Franca; 4 – *Educação Patrimonial e a interdisciplinaridade em sala de aula: um estudo de caso*, desenvolvido pelo professor André Luis Ramos Soares do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação da UFSM e pelo professor Sergio Célio Klamt do Departamento de Matemática da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); 5 – *Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural*, desenvolvido por Allana Pessanha de Moraes aluna do curso de Ciência da Educação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como projeto de pesquisa, além de uma série de outros trabalhos desenvolvidos pelo país.

Nesse sentido acreditamos ser importante mapear nos livros didáticos de História a presença, enquanto conteúdo, da temática do patrimônio cultural e identificar também de que forma o tema tem aparecido nas obras didáticas para serem usados pelos professores na relação ensino-aprendizagem.

A definição de Patrimônio Cultural, elaborada em diálogo com a bibliografia especializada, para a realização dessa pesquisa e a escrita deste trabalho consiste em

Um bem ou conjunto de bens de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição, uma comida etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identificação de um indivíduo ou grupos de indivíduos, gerando um sentimento de pertencimento destes a uma determinada coletividade.⁸

A respeito de algumas considerações finais

Retomemos algumas questões importantes discutidas nesse artigo sobre a necessidade da presença da temática do patrimônio cultural no livro didático de História para os alunos/crianças do Ensino Fundamental I e conseqüentemente também para os educandos de outras faixas etárias e níveis de ensino. A primeira delas é o reconhecimento do caráter eminentemente educativo do patrimônio, tanto em sua vertente material/tangível, quando em sua vertente imaterial/intangível. Esse caráter educativo tem não somente a forma didática de entendimento do elo passado-presente-futuro, bem como a possibilidade de, a partir da aproximação dos educandos com os diversos exemplos de patrimônio, despertar gerações inteiras acerca da valorização e da necessidade de preservação do mesmo, principalmente no tocante as questões relacionadas às identidades individuais, bem como as identidades coletivas dos diversos grupos constituintes de nossa sociedade.

Em relação a este aspecto o patrimônio cultural se apresenta mesmo aqueles que a princípio possam parecer representativos de uma única parcela da sociedade ao longo da história, como uma forma eficaz

de desnudamento, de construção de uma história a contrapelo como nos lembram Benjamin sintetizando qual deveria ser o papel do historiador materialista, ou seja, questionar o que se preservou, como se preservou, para quem se preservou pode ser (e é) um meio, uma forma de narrar outras histórias a partir da perspectiva dos vencidos, pois eles (e na maioria das vezes, somente eles) se sacrificaram para a construção desses lugares, ou tinham em suas expressões culturais formas de tentar resistir a tudo que homogeneizava.

Uma segunda questão é a categorização do patrimônio cultural enquanto documento (entre diversos tipos de documentos como a fotografia, o jornal, o cinema entre outros) para uso nas atividades de ensino. Como já referido algumas vezes neste texto, o patrimônio configura-se como um ótimo exemplo de algo que teve sua inscrição nas sociedades em tempos passados, pela sua não total ou parcial destruição se apresenta para nós no presente e a partir da sua valorização/preservação/manutenção pode-se pensa-lo a exemplificar histórias no futuro. Além disso, sua manutenção no presente é fonte para discutirmos questões relacionadas às mudanças e permanências na história ensinada.

Por último, porém não menos importante, é o caráter de identidade que o patrimônio cultural pode garantir aos diversos indivíduos e as diversas comunidades constituintes das sociedades e isso não somente em termos locais, como nacionais e internacionais. Para ficarmos em alguns exemplos, citamos aqui dois casos de patrimônios preservados e constantes da lista de patrimônio cultural brasileiro: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (Vitória/ES), no *Livro de Registro dos Saberes*, e que trata sobre

a produção de panelas de barro para o preparo da moqueca capixaba, forma de produzir que é passada de geração em geração, de mãe para filha e que como consta do processo de registro, é a panela onde verdadeiramente se cozinha a iguaria; ou o segundo exemplo que é Ofício das Baianas de Acarajé, (Salvador/BA), também no *Livro de Registro dos Saberes*, que como todos sabem, trata do reconhecimento de uma prática que não envolve somente o bolinho de Acarajé (comida de santo), mas também todo um saber fazer, onde se inclui a indumentária da baiana a arrumação do tabuleiro, garantindo-lhe uma identidade.

Na inter-relação entre essas questões é que podemos de forma afirmativa propor formas de utilização do patrimônio ou formas de contato a partir das faixas etárias dos educandos e dos níveis de ensino e aprendizagem e a complexização do conhecimento, ou seja, na utilização da temática como forma de facilitar a aprendizagem e a absorção de conhecimento para os alunos do Ensino Fundamental I deve-se explorar a materialidade do patrimônio, pois para essa faixa etária o concreto, os objetos em si, ainda são muito importantes e bastantes eficazes para se conseguir os objetivos esperados. Inclusive é preponderante que se explore as diversas potencialidades desse patrimônio, não o utilizando apenas como meras ilustrações, que se constituam os questionamentos corretos que propiciem reflexões.

No momento da utilização do recurso com os alunos do Ensino Fundamental II, aquele jovem com faixa etária compreendida entre 12 aos 15 anos é possível se recorrer à imaterialidade do patrimônio, pois a esses é cobrado o pensar abstratamente e que a função do patrimônio não encontra-se somente em sua materialidade mas existe também para além

dela. Por fim, ao se utilizar da temática com os alunos do Ensino Médio, aqueles com faixa etária entre os 16 aos 18 anos, pode-se pensar a contraposição entre o material e o imaterial e o que cada modalidade pode nos dizer sobre a identidade, sobre o cotidiano, sobre as marcas deixadas do passado no presente e sua manutenção para o futuro, bem como através de diversas perguntas que podem ser feitas sobre os valores defendidos pelos grupos componentes da sociedade.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Regina, CHAGAS, Regina (Orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ABREU, Regina, DODEBEL, Vera (Orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contracapa; PPMS/UNIRIO, 2008.
- APPLE, Michael. **Manuais Escolares e Trabalho Docente:** uma economia política de relações de classe e de gênero na Educação. Lisboa: Didática, 2002.
- BARRIO, Ángel Espina, MOTTA, Antonio e GOMES, Mário Hélio (Orgs.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel... [et al.] **Ensino de História:** desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST; EXCLAMAÇÃO; ANPUH-RS, 2010.
- CAIMI, Flávia Eloisa, MACHADO, Ironita A. P., DIEHL, Astor Antônio. **O livro didático e o currículo de história em transição.** Passo Fundo: Editora UPF, 1999.
- CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História:** ensino fundamental (Coleção Explorando o Ensino – V. 21). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da UNESP, 2001.
- CHOPPIN, Alain. **O manual escolar: uma falsa evidência histórica.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009.

CHUVA, Márcia (Org.). **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. MINC/IPHAN/DEPROM. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Dá modernização à participação**: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio**, n 24. Rio de Janeiro: MinC, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.

FRANCO, Alécia Pádua. **Apropriação docente dos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 230.

FREITAS, Itamar de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Org.). **Livros didáticos de História**: escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério, BUENO, João Batista Gonçalves & PINTO JÚNIOR, Arnaldo (Orgs.). **Paisagens da Pesquisa Contemporânea Sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí; Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013.

GIL, Carmem Zeli de Vargas & TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

GRUNBERG, Eveline. **Guia de Orientação Metodológica para Monitores**. Recife: Projeto Escola Aberta, 2004.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 22, n° 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**, Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: P&A, 2002.

LIMA, Marta Margarida de Andrade. **As tessituras da História ensinada nos anos iniciais**: pelos fios da experiência e dos saberes docentes (Garanhuns-Pernambuco). Tese (Doutorado em Educação) –

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio** – uma leitura das teses “sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Patrimônio, memória e ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de, CAINELLI, Marlene Rosa e OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). **Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDFURN, 2008.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. A preservação do patrimônio imaterial como afirmação de outras etnicidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

_____. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

_____. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Direito ao Passado – Uma Discussão Necessária à Formação do Profissional de História**. Aracaju: Editora UFS, 2011.

_____. Múltiplas vozes na construção do PNLD. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio (Org.). **Perspectivas do Ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica**. Uberlândia: Edufu, 2011, 351-350.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do Profissional de História na Contemporaneidade. **Mouseion**. Canoas: UnilaSalle, 2014, 109-125.

Recebido em 15/12/2016

Aprovado em 12/06/2017

Notas

* Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1996), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Universidade Católica de São Paulo (2016). Atualmente desenvolve Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, mediante concessão de Bolsa PNPd/CAPES. Email: almirfbo@yahoo.com.br

¹ Aqui estamos utilizando para consulta e citações das teses sobre o Conceito de História o livro de Michael Löwy intitulado *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de História”*, publicado em 2005 pela Boitempo Editorial, da cidade de São Paulo. Nessa obra o professor Michael Löwy além de apresentar as teses tece uma série de comentários sobre elas.

² LÖWY. 2005, p. 65

³ LÖWY. 2005, p.70

⁴ Aqui estamos entendendo na perspectiva de “Em suma, o espaço é um lugar praticado” conforme CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. I. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p 202.

⁵ Estamos trabalhando com esse conceito como dito por RÜSEN: A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação). RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p.30.

⁶ HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**, Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. p. 7.

⁷ São muitas as experiências hoje que já vivenciam os ganhos que a Educação Patrimonial pode oferecer. Projetos realizados por museus⁷, como o exemplo do próprio Museu Imperial, onde se iniciou essa atividade (conta com 03 projetos atualmente: Projeto “Dom Ratão”, Projeto “Um Sarau Imperial”, “Caixa das Descobertas”), Museu do Ipiranga (Museu Paulista da Universidade de São Paulo), o Museu Villa-Lobos (Miniconcertos Didáticos, Canto da Nossa Terra – Encontro de Corais – com o objetivo de educação musical), Museu Paraense Emílio Goeldi (capacitação de agentes patrimoniais), Museu do Ceará (Teatro no Museu – “Boneca Dorinha”, “Outras Historinhas”, oficinas de capacitação), além de uma série de Centros de Memória e Centros Culturais que também adotaram a prática com o objetivo de facilitar o contato das pessoas com o patrimônio cultural.

⁸ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 45.